



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 23 /2013

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 17 de Junho de 2013

MOÇÃO

A Saúde e o Serviço Nacional de Saúde – Realidade e Ficção

Não obstante o argumentário já ser conhecido, desde que Portugal foi obrigado a aceitar a intervenção estrangeira através do estabelecimento de um acordo de assistência financeira que temos vindo a assistir a uma despudorada propaganda acerca da suposta insustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Esta intervenção concertada tem como objectivo central a tentativa de formatar a opinião pública portuguesa para a ideia de que é inevitável reduzir a despesa com a prestação de cuidados de Saúde, sob pena de se poder vir a exigir o pagamento de mais impostos.

Para mais os Serviços públicos de Saúde são ineficientes e estão sujeitos à captura por interesses e corporações de todo o tipo, que vão assim indevidamente prejudicando o erário público, estando a sua manutenção acima do que o país pode pagar.

Quem promove esta campanha de denegrimento do S N S e de chantagem sobre os cidadãos portugueses pretende abrir caminho ao seu desmantelamento, com o aplauso e total apoio dos grandes grupos económicos privados, que querem entrar no negócio da Saúde.

Mas o que é então verdadeiro quanto ao S N S?

São já muitos os relatórios e as avaliações realizadas por organismos nacionais e internacionais que confirmam o excelente desempenho do Serviço Nacional de Saúde português.

A O M S colocou – o em 12º lugar entre 190 países, no seu relatório de 2000.

A O C D E, num relatório de 2010, considerou – o muito eficiente sem grande margem para redução orçamental, tendo em conta a baixa percentagem da despesa pública nos gastos em saúde. A mesma O C D E, noutro relatório publicado em 2012 que analisava os sistemas de saúde de 34 países, concluiu que Portugal é o 5º país com melhor evolução na esperança de vida, o 1º no declínio da mortalidade infantil, está acima da média no indicador global para os

resultados em saúde, é o 2º com melhor evolução entre 1970 e 2009, o 2º com menor crescimento da despesa total em saúde entre 2000 e 2009, o 3º país em que a despesa pública em saúde menos cresceu e os custos administrativos representam apenas 1,7% da despesa, muito claramente abaixo da média de 3% da OCDE. Quando considerado o valor per capita, a despesa total em Saúde esta claramente abaixo da média da OCDE e o estado português apenas suporta 64% do total, aqui também abaixo da média da OCDE.

Perante estes indicadores, e outros poderíamos dar, não restam dúvidas de que a tão propalada ineficiência e despesismo do S N S é um mito. Que está a ser empolado com a finalidade de preparar a opinião pública para a descaracterização do sistema e para a entrada dos privados.

Estará assim garantido o negócio, bem como a passagem para um sistema de saúde a várias velocidades, consoante o poder de compra dos cidadãos. Muitos economistas com trabalho na área da Saúde, de Amartya Sen a Federico Tobar, têm demonstrado com os seus trabalhos (que deram um prémio Nobel ao primeiro) que a existência de um Sistema de Saúde universal, geral e financiado por impostos promove a justiça social e a equidade e é condição indispensável para o desenvolvimento económico dos países e das comunidades.

Um serviço de Saúde para pobres e outro para quem o possa pagar é a forma mais rápida de levar à degradação da qualidade da prestação e à desigualdade e discriminação entre os cidadãos. Assim como à regressão económica e civilizacional.

Entretanto vamos assistindo à degradação das condições de assistência e do acesso dos cidadãos aos serviços de saúde. São as taxas moderadoras, as dificuldades nos transportes, o encerramento de serviços, as saídas de profissionais, as restrições a nível de meios complementares de diagnóstico e sobretudo de acesso a medicamentos, de que o recente exemplo do Hospital de Braga é apenas mais um, levando mesmo a Ordem dos Médicos a ameaçar com o recurso a queixa-crime.

O verdadeiro impacto destas medidas ainda não está estudado. Mas não temos dúvidas de que ele será de grande dimensão. Traduzir – se – á em piores resultados de Saúde, aumento da mortalidade, aumento dos dias de ausência ao trabalho, maior sofrimento e abandono dos mais fracos e desprotegidos, pior qualidade de vida.

Com estes pressupostos, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida a 17 de Junho de 2013, decide:

- 1 – Reafirmar a sua posição de que a Saúde é um direito humano fundamental e não um mero serviço transacionável que se concede como benesse aos cidadãos.
- 2 – Repudiar a campanha de difamação que incide sobre o Serviço Nacional de Saúde, em particular o discurso sobre a sua insustentabilidade, que assume contornos de chantagem sobre os cidadãos.
- 3 – Afirmar que o Serviço Nacional de Saúde é a maior conquista da Democracia e protagonizou o maior avanço civilizacional de que há memória em Portugal

4 – Afirmar que um Sistema de Saúde público, geral, universal e tendencialmente gratuito é a forma mais eficiente de proporcionar cuidados de Saúde e a base para o desenvolvimento económico e social de qualquer comunidade ou país.

5 – Defender o Serviço Nacional de Saúde, tal como foi configurado originalmente, e saudar o seu brilhante desempenho e o papel de garante da justiça social e da equidade, que tão bem tem concretizado.

6 – Manifestar a sua frontal oposição à descaracterização do actual modelo e a qualquer nova diminuição dos recursos que lhe estão alocados, nomeadamente em termos do seu financiamento.

7 – Apelar à melhoria da sua gestão, através da promoção do mérito e da competência em detrimento das nomeações de cariz partidário e de compadrio, visando a obtenção de uma melhor eficiência na utilização dos recursos e no funcionamento das Instituições.

Aprovada por maioria, com 29 votos a favor da CDU, do PS e do BE e 3 votos contra do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira